



**ACÓRDÃO Nº187/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11611/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Tefé – SAAE.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Armando Athos Rabelo de Medeiros Filho (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 71/2021-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Tefé - SAAE. Exercício de 2018.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Tefé - SAAE, exercício de 2018, sob a responsabilidade do **Sr. Armando Athos Rabelo de Medeiros Filho**, Diretor Presidente e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 71, II da CF/88, c/c art. 40, II da Constituição do Estado do Amazonas/1989, arts. 1º, II, “a” e 22, III, “b” e “c” da Lei n.º 2.423/96 e art. 188, §1º, III, “b” e “c” da Resolução n.º 4/02 – TCE/AM, conforme Fundamentação do Relatório/Voto;

**10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Armando Athos Rabelo de Medeiros Filho**, Diretor Presidente e Ordenador de Despesas do SAAE, exercício de 2018, no valor total de **R\$ 18.774,80** (dezoito mil, setecentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos), em razão do item 13, pelo atraso no envio da movimentação contábil de todos os meses (exceto novembro) de 2018, no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) para cada mês, nos termos do art. 54, I, “a” da Lei n.º 2423/96, alterado pela LC n.º 204/2020, c/c art. 308, I, “a” da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM, redação dada pela Resolução n.º 4/2018 – TCE/AM, conforme Fundamentação do Relatório/Voto, que deverá ser recolhida no **prazo**



**ACÓRDÃO Nº187/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**de 30 (trinta) dias** na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Aplicar Multa ao Sr. Armando Athos Rabelo de Medeiros Filho**, Diretor Presidente e Ordenador de Despesas do SAAE, exercício de 2018, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), pelos atos praticados com grave infração às normas legais ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes dos itens 17, 28, 36, 40, 46, 51, 56, 64, 68 e 77, tudo conforme a Fundamentação do Relatório/Voto, com fulcro no art. 54, VI da Lei n.º 2423/96, com redação alterada pela LC n.º 204/20, c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/02-TCE/AM, alterada pela Resolução TCE/AM n.º 04/18-TCE/AM, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 (trinta) dias** na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção



**ACÓRDÃO Nº187/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.4. Considerar em Alcance o Sr. Armando Athos Rabelo de Medeiros Filho**, Diretor Presidente e Ordenador de Despesas do SAAE, exercício de 2018, no valor total de **R\$ 75.672,77** (setenta e cinco mil, seiscentos e setenta e dois reais e setenta e sete centavos), pelas **glosas** imputadas no valor de **R\$ 9.000,00** referente às diárias não comprovadas elencadas no item 13 da Fundamentação, e no valor de **R\$ 66.672,77** (sessenta e seis mil, seiscentos e setenta e dois reais e setenta e sete centavos), referente aos valores escriturados indevidamente elencados no item 64 da Fundamentação, nos do art. 304, I e VI da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor na esfera Municipal para o órgão Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Tefé - SAAE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.5. Dar ciência** do Relatório/Voto e deste Acórdão ao responsável **Sr. Armando Athos Rabelo de Medeiros Filho**; e

**10.6. Arquivar** os autos, expirados os prazos legais.

**11- Ata:** 5ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 9 de Março de 2021.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Fls. N° \_\_\_\_\_

Pág. 4

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral